WILHELM ROTERMUND E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CULTURA POLÍTICA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO CONTO "EMPRESAS DISPARATADAS NO BRASIL" (1891)

WILHELM ROTERMUND AND THE SOCIAL REPRESENTATIONS OF POLITICAL CULTURE: AN APPROACH FROM THE TALE "DISPARATE COMPANIES IN BRAZIL" (1891)

Miguel Costa[1]

RESUMO: A partir das interfaces entre história e literatura, o artigo analisa as representações sociais acerca da política no espaço social de imigração alemã, no Rio Grande do Sul. Para isso, se concentra no conto *Empresas disparatadas no Brasil,* de autoria do pastor evangélico e professor Wilhelm Rotermund, publicado em 1891. A abordagem se ancora no horizonte teórico oferecido por Serge Berstein acerca do conceito de "cultura política" e de Roger Chartier, no que diz respeito às noções complementares de "representações" e "práticas" sociais. A análise revela um contexto histórico social marcado por distintas narrativas em relação à religião e à política. De modo especifico, a narrativa desenvolvida por Rotermund revela aspectos de uma arena política mais ampla, onde a comunidade teuta foi interpelada e disputada por diferentes discursos, sobretudo no que diz respeito às normas, valores e práticas sociais que haviam marcado a cultura política no Império do Brasil.
PALAVRAS-CHAVE: história e literatura; representações sociais; cultura política; Wilhelm Rotermund.

ABSTRACT: Based on the interfaces between history and literature, the article analyzes social representations regarding politics in the social space of German immigration, in Rio Grande do Sul. To this end, it focuses on the short story Empresas disparatadas no Brasil, written by the evangelical pastor and professor Wilhelm Rotermund, published in 1891. The approach is anchored in the theoretical horizon offered by Serge Berstein regarding the concept of "political culture" and by Roger Chartier, with regard to the complementary notions of "representations" and social "practices". The analysis reveals a social historical context marked by different narratives in relation to religion and politics. Specifically, the narrative developed by Rotermund reveals aspects of a broader political arena, where the Teut community was challenged and disputed by different discourses, especially with regard to norms, values and social practices that had marked political culture in the Empire from Brazil.
KEYWORDS: history and literature; social representations; political culture; Wilhelm Rotermund.

PALAVRAS INICIAIS...

Wilhelm Rotermund nasceu no dia 21 de novembro de 1843, em Stemmen, cidade próxima à Hannover, Alemanha. Estudou Teologia em Erlangen e Göttingen. Após concluir seus estudos, atuou como professor particular na região do Kurland na atual Letônia, de onde regressou à Alemanha, depois de dois anos, acometido de tuberculose (DREHER, 2014).

Após regressar à Alemanha, foi convidado por Friedrich Fabri, inspetor da Sociedade Missionária na Renânia, para ser seu secretário, função que Rotermund não exerceu por demorado tempo, por conta da incumbência atribuída por Fabri para atuar no sul do Brasil, na qualidade de organizador das comunidades protestantes luteranas naquela região. Contudo, antes de vir para o Brasil, doutorou-se em Filosofia pela Universidade de Jena (NEUMANN, 2009, p. 44-45).

[1] Doutor em História (UNISINOS). E-mail: migguelcosta@gmail.com

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

Rotermund chegou em 1874 à São Leopoldo, onde assumiu a função de professor particular, inspetor e secretário do Comitê para os alemães protestantes nesta região. Em 1886, na condição de pastor evangélico e de líder eclesiástico, deu início à organização eclesial protestante na localidade, período no qual fundou o Sínodo Rio-Grandense, do qual foi presidente entre os interregnos de 1886 a 1894 e de 1909 a 1919 (DREHER, 2014). Não obstante, foi um sujeito com forte atuação política e intelectual. Sobretudo em relação a manutenção da cultura e dos princípios éticos do protestantismo entre as comunidades teuto-brasileiras que se formaram na esteira do processo migratório (GERTZ, 2002, p. 28-29).

Entretanto, os imigrantes alemães que em terras brasileiras se estabeleceram ao longo do século XIX não compunham um grupo social homogêneo. Posicionamentos distintos em relação à religião e à política marcaram visões de mundo também distintas. Pastores luteranos, padres católicos e livres pensadores compunham um fórum de debates, de forma que a comunidade teuta na província era interpelada e disputada por diferentes discursos (GANZ, 2002, p. 120)

Neste sentido, conforme bem observou Gerson Neumann (2009), sua atuação de maior destaque ocorreu no campo jornalístico e literário, a partir da fundação da Editora Rotermund, em 1877. A iniciativa de Rotermund, no entanto, ecoou entre segmentos divergentes como um novo canal de mediação política, de difusão de valores e de crenças próprias ao grupo social que pertencia, o que lhe rendeu diversos ataques públicos.

Em 1880, já com a editora estabelecida, Rotermund passou a editar o jornal *Deutsche Post* (Correio Alemão), cujo principal objetivo foi colocar em circulação aspectos próprios da cultura alemã naquele espaço social. Mas Rotermund não ficou por ai e, além do *Deutsche Post*, publicou o "*Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Anuário para os alemães no Brasil), que deveria fazer frente às ideias liberais difundidas por Karl von Koseritz e seus adeptos, no *Koseritz' deutscher Volkskalender* (Anuário popular alemão de Koseritz)" (NEUMANN, 2009, p. 45).

Em um cenário de intensos debates, os jornais e a literatura não apenas se tornaram importantes suportes de interlocução entre os líderes comunitários e o grupo teuto mais amplo, como, também, elementos *significantes* e de *significação* de *cosmovisões* distintas que circulavam e eram apropriadas de variadas formas no âmbito daquelas comunidades. Por meio destes suportes de interlocução, sujeitos como Rotermund manifestavam suas ideias frente aos mais variados temas cotidianos dos imigrantes e de seus descendentes. Em uma obra, que pode ser classificada como de ficção, não à toa seus personagens "eram tomados do meio em que vivia e atuava como pastor: eram o vendeiro, o ilustrado, o colono, a mulher que sucumbe em

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

meio ao mundo desconhecido e brutal ou então a mulher forte, companheira do homem que trabalha a terra" (NEUMANN, 2009, p. 45).

No conto *Empresas Disparatadas no Brasil*, originalmente publicado no *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, em 1891,[2] Rotermund conduz seus leitores à experiência de dois imigrantes europeus que chegaram a terras sul-rio-grandenses durante a segunda metade do século XIX. As trajetórias individuais dos personagens representados por Michel Knorb e por Sepp, um "camarada" da Alta Baviera que Michel havia conhecido na cozinha do navio que os transportou à Província do Rio Grande de São Pedro, nos convida a refletir acerca de aspectos de uma arena política mais ampla, onde a comunidade teuta foi interpelada e disputada por diferentes discursos, sobretudo no que diz respeito às normas, valores e práticas sociais que haviam marcado a cultura política no Império do Brasil.

Antes de passarmos à análise propriamente dita é importante registrar que o conto *Empresas Disparatadas no Brasil* é entendido como um documento/ fonte e, como qualquer outra fonte, foi interrogado à luz de sua historicidade. De outra parte, as lentes foram direcionadas para elementos representativos e significativos da trama narrada. Em outras palavras significa dizer que o conto foi tratado na esteira na esteira do contexto sociocultural em que foi produzido e como um objeto dotado de dispositivos textuais que conferiram sentido à realidade nele representada, de modo que fosse possível acessar o cenário sociocultural por Rotermund retratado, ou identificar o modo como "uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler" (CHARTIER, 1990, p. 16-17).

Já em relação aos elementos representativos da "realidade" na trama representada, o objetivo foi identifica-los à luz do conceito e cultura política, ou se preferirmos, a partir de "um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e representações difundidas e compartilhadas pelos indivíduos na sua experiência num dado ambiente histórico e cultural" (BERSTEIN, 1998, p. 353)

Dito isso, passemos ao enredo da trama!

EMPRESAS DISPARATADAS NO BRASIL

Ainda que Rotermund tivesse buscado trazer à tona os primeiros tempos da chegada de Michel e de Sepp descrevendo os laços de parentesco, a busca por um pedaço de chão e os diversos espaços de sociabilidade em que colonos e a população já estabelecida compartilhavam

[2] O conto *Empresas Disparatadas no Brasil* foi originalmente publicado no *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, no ano de 1891, e faz parte da coletânea de contos traduzidos e publicados em ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos.* Trad. Martin N. Dreher. São Leopoldo: Edições EST, 1997.

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

suas vivências, o que nos chamou a atenção foi o "olhar" de Rotermund para as disputas de poder e os acordos político-sociais que mobilizavam diferentes sujeitos nas áreas de imigração alemã.

Focada nas tensões decorrentes dessas relações, a narrativa que desenvolveu recompõe um quadro que se aproxima das possíveis realidades verificadas por diferentes pesquisadores sobre a temática das eleições e da cultura política que permeou os meandros do processo de construção da representatividade política no Brasil do século XIX.[3] Todavia, para melhor conhecermos personagens como Michel, Sepp, o doutor Schneider, o bodegueiro Pichel, entre outros que compunham a trama dessa história, devemos transitar pela narrativa desenvolvida no conto.

Comecemos pelos colonos Michel e o bávaro Sepp, personagens que com a ajuda do cunhado de Michel, após percorrerem diferentes áreas de um espaço social compartilhado por colonos europeus e segmentos sociais de origens étnicas distintas, encontraram em *Hammelsberg*, área da região de "Santa Nula",[4] um pedaço de chão: "duas colônias contíguas e adequadas ao custo de 400 mil-réis cada".

De posse de seus lotes de terra, os colonos dedicaram-se ao desmatamento da área e ao cultivo da cana. Sepp, devido ao seu gosto pelas "bebidas espirituosas", costume tão bem descrito e, ao mesmo tempo, condenado pelo pastor Rotermund, dedicou-se ao implemento de um alambique em suas terras. No primeiro ano do empreendimento, o bávaro produziu dez pipas de cachaça. Entretanto, como havia adquirido algumas peças para o seu empreendimento mediante crédito e acordo estabelecido com um comerciante local, acabou vendendo sua aguardente a um custo bem menor do que o de mercado. Mas o bávaro desejava obter lucros maiores com sua produção e, demonstrando-se incomodado com o acordo prévio de vender sua cachaça a um custo menor, procurou seu vizinho Michel e lhe propôs uma sociedade.

Ainda que nos primeiros momentos da conversa Michel tenha se demonstrado pouco interessado em ganhar dinheiro com a "bebida do pecado", acabou convencido e decidiu ajudar Sepp no alambique. No mesmo dia, Michel cortou parte de sua plantação de cana e transportou dez carregamentos da mesma até a prensa do alambique de Sepp. Em troca, recebeu 50 mil-réis em dinheiro e, quando os enfiou na algibeira, "quase lhe pareceu que também poderia haver bênção se fazendo cachaça". Esse foi o motivo pelo qual, na manhã seguinte, Michel foi à casa de Sepp para ajudá-lo a moer cana. De forma descuidada, o colono introduzia cana após cana

[3] (HOLANDA, 1979 e 1997); (CARVALHO, 1996a, 1996b, 1997, 2004); (GRAHAM, 1997).
[4] Santa Nula é o nome fictício que Rotermund utilizou para se referir à São Leopoldo, colônia alemã fundada nas proximidades de Porto Alegre, em 1824.

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

na prensa e o que não esperava era ter o dissabor de seu braço ter sido quase arrancado pelo moedor de cana. Mesmo que Sepp tenha tentado estancar o sangue com um pedaço de camisa velha embebido em cachaça, o braço de Michel estava "esmigalhado até o cotovelo e os ossos estavam expostos" (ROTERMUND, 1997, p. 224).

Michel necessitava de ajuda e entre os vizinhos que foram dar assistência ao colono encontrava-se à senhora Knolchen e "uma mulherzinha velha e suja que trouxe consigo gordura de lagarto e um potezinho quebrado, além de um punhado de ervas frescas". Mesmo com o apelo às ervas medicinais e a tradição das benzedeiras, o braço de Michel não cicatrizava. Foi então que entrou em cena o Doutor Schneider.

Conforme descrição de Rotermund, o Doutor Schneider tinha o aspecto de um colono comum, falava o dialeto do *Hunsrückisch* e aprendera seu português com negros e mulatos que por aquelas terras transitavam. Tratava-se de homem prático e maroto que, certa vez, havia amputado a mão de uma mulher muito velha, algo que nas palavras do nosso contista qualquer outro teria realizado. A mulher morreu e um desafeto seu o denunciou à Junta de Higiene que, de imediato, o multou em 200 mil-réis.

Apesar de a Câmara Municipal ter ficado encarregada de efetuar a cobrança da multa, o Dr. Schneider era "eleitor" e ainda tinha alguns pacientes gratos do seu lado que também eram eleitores e, por isso, a Câmara não teve a coragem de cobrar a multa, pois o influente doutor poderia proporcionar toda a espécie de dissabores quando da próxima eleição. (ROTERMUND, 1997, p. 227).

Embora Schneider não fosse médico de formação, segundo vozes locais, havia estudado na "Cavalaria", na Alemanha, e entendia alguma coisa de medicina. Mesmo incorrendo em delito pelo exercício ilegal do ofício de médico, a sentença fora arquivada e, de acordo com a história narrada, no fundo, esse favor dos senhores vereadores ainda tinha outra causa.

Para elucidar as práticas de troca de favores, ou melhor dito, as tramas clientelares entre estes atores sociais representados no conto e que caracterizavam as relações dos micro-processos políticos, que se desenvolviam na época e no espaço que se propôs a representar, Rotermund traz à cena dois senhores vereadores que eram comerciantes e adeptos de "toda a espécie de especulação fundiária." Segundo suas palavras, "só conheciam a diferença entre ladrões e gente honesta de ouvir dizer". Ainda que fossem homens com algumas posses materiais, não admitiam novos concorrentes em seu ramo de negócios e, considerando o fato de que um novo concorrente havia comprado "um pedacinho de terra" por onde passaria uma nova estrada e que talvez lhes tirassem alguns fregueses, buscaram a ajuda do "médico de cavalos" (ROTERMUND, 1997, p. 227).

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

No contexto narrado, o projeto da estrada estava sendo discutido pela Câmara. Os comerciantes precisavam de um voto para derrubar o projeto e, esse voto, seria de um vereador que estava sendo atendido pelo doutor Schneider. Na ocasião, os dois vereadores foram até o "famigerado" Schneider e lhe solicitaram um pequeno favor que, certamente, lhe renderia bons frutos. Na realidade, desejavam que o "doutor" se valesse de seu "saber especializado" para que o vereador opositor não comparecesse à sessão em que ocorreria a votação do projeto. Conforme palavras de Rotermund,

> Schneider esclareceu que "uma mão lava a outra", e pôs tal medo em seu paciente que esse de bom grado ficou oito dias de cama até que o dito dia houvesse passado. A estrada não foi construída e Schneider conquistara dois amigos na Câmara que providenciaram para que a multa decretada "por exercício ilegal da medicina" não fosse cobrada. (ROTERMUND, 1997 p. 228).

Na medida em que a história avança, nos deparamos com outros fragmentos de experiências sociais que nos remetem ao jogo de arregimentação política praticado por sujeitos que almejavam se aproximar das instâncias do poder local. Valendo-nos das considerações de Richard Graham (1997), podemos dizer que em tempos que a medida de um homem, ou dito de outra forma, seu poder era expresso mediante o tamanho de sua clientela, o processo de arregimentação eleitoral encontrava-se intimamente vinculado aos interesses pessoais dos mandões locais, ou daqueles que buscavam tal condição.

Revelando-se atento aos comportamentos políticos de seus contemporâneos e dispostos a representá-los em seu conto, Rotermund buscou descrever práticas que se aproximam do clientelismo como um instrumento fundamental de luta política no mundo social em que viveu. Do encontro do doutor Schneider com o comerciante Peter Pichel, nos parece possível apreender elementos de um complexo e dinâmico jogo social sustentado por tramas políticas habilidosamente arquitetadas.

O doutor Schneider e o senhor Peter Pichel, "homem de fortes ligações políticas com os liberais da região", representavam comportamentos cotidianos comuns. São indícios cabais de práticas de um cotidiano onde sujeitos como as personagens em tela atuavam como mediadores políticos, cujas práticas de cooptação e de endividamento social se constituiu num dos pilares do sistema clientelar.

Conforme a cena narrada, no estabelecimento de Pichel, Schneider o encontrou junto ao balcão, misturando cerveja, cachaça e vinho; xingava blasfemando contra seus empregados e tinha a face fechada: "seu velho tirano, tava na hora de chegar", saudou o Doutor, "mas fica longe de mim com tuas pílulas venenosas, trata-se da próxima eleição".

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

O tom do diálogo estabelecido entre Schneider e Pichel dizia essencialmente respeito ao pleito eleitoral daquele ano e a necessidade de qualificar votantes para as eleições, pois segundo o bodegueiro Pichel, "os conservadores andam por toda parte e se não qualificarmos logo novos eleitores nosso partido vai perder." Pichel demonstrava-se preocupado e argumentou com seu comparsa, "que se o partido perder, a ponte não será construída e tu não poderás meter os contos no bolso". Com o intuito de angariar clientes, Pichel perguntou a Schneider se este não conhecia "algumas pessoas que se poderia qualificar; com isso, poderias prestar-me um grande favor". O doutor lhe respondeu: "Hum, conheço dois, o Michel Knorb, do Scnokerloch, e o bávaro cachaceiro Sepp". De forma irônica Pichel lhe disse: "quando ele estiver qualificado haveremos de encontrar o gancho necessário com o qual se puxa ele para a eleição!" – Schneider provocou novamente: "É, se os colonos virem tuas contas salgadas, sentir-se-ão liberais. Mas não vais convencer o Michel Knorb; ele não é tão burro quanto parece. "Meu caro", respondeu Pichel, com uma entonação e postura que tinha o peso de 15 contos, "quem quer obter alguma coisa em política tem que ter boca grande e consciência pequena, e não foi em vão que nós conseguimos juntos cem contos". Ao dizê-lo, estufou o peito e fez gesto de profunda dignidade com a mão, mas o Schneider não se incomodou e respondeu, rindo: "Certamente só deves teus cem contos à boca grande e à pequena consciência!". Depois, esvaziou seu copo e estendeu a mão a seu amigo Pichel que não levava tais piadas a mal, pois eram verdadeiras. E foi para casa (ROTERMUND, 1997 p. 228).

Para Pichel, os dois colonos tinham que ser qualificados a qualquer custo, pois, se o partido não vencesse, ele não conseguiria a construção da ponte. De outra parte, desejava se inserir nas instâncias sociais de maior prestígio local e, para tanto, buscava se tornar tenente da Guarda Nacional, pois já "fazia tempo que se incomodava com o fato de o comerciante vizinho, ser tenente e andar de uniforme nas festas locais." (ROTERMUND, 1997 p. 228-29).

A narrativa empreendida por Rotermund e a trama que buscou construir são representativas do envolvimento político-social de imigrantes alemães e de seus descendentes nas práticas políticas cotidianas que se desenvolveram no bojo do processo eleitoral das paróquias do Império e que também envolviam e objetivavam interesses de indivíduos legalmente impedidos de participarem das instâncias superiores da cidadania política, como foi o caso dos colonos alemães e de seus descendentes até o advento da República, em 1889.

Como sabemos, no período em que se desenrola a história narrada no conto de Wilhelm Rotermund, a forma de governo do Brasil era representativa, baseada no voto dos cidadãos e mediante pleitos eleitorais indiretos. No âmbito das paróquias do Império, os votantes

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

escolhiam de forma direta os vereadores, juiz de paz[5] e os eleitores da paróquia que, por sua vez, votavam nos postulantes aos cargos das Assembleias Províncias e Geral.

Nestes pleitos, a população masculina livre e maior de 21 anos era dividida entre votantes e eleitores.[6] Como também já se sabe, o exercício do voto exigia uma renda mínima. Inicialmente, era necessário provar uma renda de 100 mil réis anuais para os votantes e 200 mil réis para os eleitores. Mesmo que nesta divisão básica das funções se possa verificar uma estratificação socioeconômica que buscava definir o lugar de cada cidadão dentro da vida política nos municípios, os pleitos eleitorais imiscuem-se a um processo mais amplo que não se resumia apenas ao direito dos indivíduos votarem, de serem votados e de participarem das esferas da administração pública. Ser votante também significava emergir da massa dos anônimos, um dos fatores de distinção social no âmbito de uma sociedade fortemente hierarquizada, onde o princípio da hierarquia e da desigualdade (tanto jurídica como social) se apresentava profundamente consolidado. Na sociedade imperial, qualificativos de liberdade, de propriedade e de nacionalidade condicionavam o direito daqueles que almejavam gozar o *status* de cidadão do Império. Fronteiras entre a sociedade política e a sociedade civil distinguiam os cidadãos ativos dos cidadãos passivos.

No caso dos imigrantes alemães, apenas os naturalizados e que atendessem as exigências legais impostas aos demais postulantes ao direito de voto teriam direito de participar das eleições municipais, sendo que até 1881 ficaram vetados de participarem das eleições gerais e de concorrem aos cargos das Assembleias Provincial e Geral. Para ser deputado, ou senador do Império, a legislação especificava que "todos os que podem ser eleitores de segundo grau são hábeis para serem deputados", exceto os estrangeiros naturalizados, aqueles que não professassem a religião católica e os que não tivessem 400$000 de rena anual líquida. (BRASIL - Decreto de 26 de março de 1824. Cap. VI, art 2, § 2º e 3º). Para o cargo de senador, cujo mandato era vitalício, além do valor de renda dobrar em relação ao exigido para o cargo de deputado e da idade mínima ser de 40 anos, o cidadão deveria, ainda, "ser pessoa de saber, capacidade e virtudes, com preferência [aos] que tiverem feito serviços à Pátria". (BRASIL - Decreto de 26 de março de 1824. Cap. VI § 2º, 3º e 4º).

[5]A eleição dos vereadores das câmaras municipais e dos juízes de paz foi regulamentada pela Lei de 1º de outubro de 1828. De acordo com a respectiva lei, de quatro em quatro anos os votantes deveriam eleger, em todas as paróquias do Império, aqueles que iriam compor os referidos cargos. As condições de elegibilidade eram as mesmas previstas pela Constituição aos votantes de segundo grau. Havia, no entanto, a exigência de que cada postulante tivesse, no mínimo, dois anos de domicílio no termo (vila ou cidade). (BRASIL – Lei de 01/11/ 1828, Título I e respectivos artigos.)

[6] De acordo com Richard Graham, 50,6% de todos os homens livres maiores de 21 anos votaram nas eleições do início da década de 1870 (GRAHAM, 1997, p. 147).

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

Em meio a um longo processo que culminava com a ida dos cidadãos às urnas, havia a etapa de qualificação dos votantes, momento do processo eleitoral instituído pela Lei 387, de 1º de agosto de 1846. A qualificação dos votantes deveria ser organizada por paróquia, onde seriam formadas as juntas qualificadoras, órgãos presididos pelo juiz de paz mais votado na eleição municipal precedente. Além de presidirem as juntas, essas autoridades locais, assim como os inspetores de quarteirão – sempre atentos aos movimentos da população, emitiam notas esclarecedoras aos trabalhos da mesa qualificadora. Por meio de suas *fés* e de listas nominativas referentes à população residente nos distritos de sua jurisdição, o juiz de paz, com auxílio dos inspetores de quarteirão, contribuía com suas informações no momento em que os mesários decidiam por uma inclusão ou exclusão dos postulantes ao voto.[7]

As formas de comprovação da renda mínima para participação eleitoral eram precárias. Poucas provas documentais eram apresentadas nos protestos à Mesa Qualificadora, o que tornava importante outros caminhos de legitimação dos papéis e *status* sociais defendidos pelas partes envolvidas nas disputas qualificatórias. Podemos considerar, que não raras vezes, as alianças e os acordos tecidos no âmbito das experiências cotidianas colocavam em evidência todo um intrincado sistema de controle social e de disputas de poder que faziam parte de um complexo jogo de legitimações, baseado mais nos tratos corriqueiros do que em documentos oficiais.

O intrincado jogo de qualificação e desqualificação de votantes e eleitores, assim como os inúmeros requerimentos protestando pela exclusão do jogo eleitoral por parte de indivíduos de diferentes estratos sociais e profissionais, demonstram que não apenas grupos hegemônicos economicamente participavam. A participação popular no processo eleitoral era evidente para homens de política como Zacarias de Góis e Vasconcelos, que chegava a questionar em meados da década de 1870:

> Qual é o inválido, esse infeliz que tem uma perna de menos, e agita uma bandeira para guiar bondes, que não ganhe 300$000 ou 400$000 por ano? O mais humilde na ordem da indústria, um servente que carrega pedras, tijolos e barro para uma obra, ganha pelo menos mil tantos réis por dia: logo tem mais de 400$000 por ano (*apud* NICOLAU, 2004).

A temática abordada pelo imigrante alemão Wilhelm Rotermund e que ora procuramos analisar, se insere em um campo de estudos inaugurado em solo rio-grandense pela historiadora

[7] Segundo Maria Odila da Silva da Dias (2003, p. 68), os coletores, párocos e juízes de paz vigiavam as mudanças de domicílio, tratavam de conhecer a gente nova que chegava das vizinhanças, relatar os desentendimentos e os termos de bem viver, saber de multas e fiscalizar os deveres dos cidadãos pobres. Essa vigilância, na maioria das vezes, se torna importante meio para aqueles que buscavam reunir seus nichos eleitorais.

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

Helga Piccolo que, na década de 1970, em uma publicação de caráter introdutório acerca do sistema político imperial brasileiro e a colonização alemã no Rio Grande do Sul, considerou que devido às exigências legais estipuladas pela legislação eleitoral que vigorou até 1881, "seria o governo municipal a possibilidade de participação política dos colonos" (PICCOLO, 1978, p. 143).

Além de chamar a atenção para os aspectos legais de exclusão política, a historiadora também considerou que o acesso limitado à participação política dos imigrantes ao longo do período imperial derivava, entre outros aspectos, dos interesses próprios ao grupo social dominante – entenda-se segmentos da elite política e econômica rio-grandense de origem luso-brasileira –, que em meio à política centralizadora levada a efeito pelo governo imperial, buscava ampliar o reduzido espaço de participação que detinha nas instâncias do poder provincial e na própria Corte (PICCOLO, 1978, p. 143-145).

Assim, segundo Helga Piccolo,

> é fácil entender que, se o grupo dominante está preocupado em defender seus interesses em uma maior participação política, limitada pela atuação do presidente da província identificado com a política do governo central, pouca atenção deu à participação de elementos não pertencentes ao mesmo grupo. E mesmo em municípios surgidos de núcleos coloniais, a participação estrangeira era limitada. Veja-se o caso de São Leopoldo, elevada à categoria de vila em 1846, instalando-se no mesmo ano a Câmara Municipal (PICCOLO, 1978 p. 147)

René Gertz (2006), também definindo como espaço de observação o município de São Leopoldo, considerou que a baixa presença do elemento de origem germânica nos cargos eletivos da Câmara Municipal daquela localidade pode ser atribuída aos dispositivos legais de exclusão vigentes até a reforma eleitoral de 1881. Assim como Piccolo (1978), avaliou que um dos entraves para inserção dos colonos na esfera de atuação política foi a resistência da elite de origem luso-brasileira em abrir "espaço político para os imigrantes no poder local, sob o argumento de que os colonos estavam resistindo em abrasileirar-se e, também, por isso não poderiam participar do governo municipal" (GERTZ, 2006 p. 58).

Apesar da reconhecida importância destes dois historiadores da imigração alemã, parece-nos interessante também interrogar alguns aspectos das práticas cotidianas que se desenvolviam entre aqueles que participavam dos pleitos locais. A baixa participação nas instâncias superiores da política como, por exemplo, a ocupação de cargos do legislativo ou em cargos do executivo do período imperial, não invalida a busca pela inserção em espaços de participação política possíveis, como no caso das instâncias locais.

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

A observação do processo de delegação do direito de voto e da participação política, tomando como ponto de referência os resultados finais, pode nos conduzir a conclusões que, em regra, acabam obscurecendo as experiências sociais de indivíduos comuns que atuavam com estratégias próprias frente aos sistemas normativos socialmente instituídos. Apesar de, em muitos casos, indivíduos ou grupos de indivíduos como os colonos alemães e seus descentes terem esbarrado no princípio jurídico e legal que normatizou o sistema eleitoral brasileiro até o advento republicano, o conteúdo do conto de Rotermund nos convida a refletir sobre estratégias acionadas por personagens reais que, se em alguns casos, talvez não fossem suficientemente capazes de mudar a realidade na qual estavam inseridos, ainda assim poderiam acionar em benefício próprio recursos disponíveis do mundo social no qual viviam.[8]

Retornando à história e a trama narrada por Rotermund, o colono Michel não se demonstrava "tão verde como nos primeiros tempos". Michel já estava estabelecido há seis anos no novo país e, certamente, não seria tão facilmente cooptado pelo comerciante Pichel, como este pensava. Mesmo com pouca instrução formal, Michel havia assinado um jornal que em suas páginas trazia comentários contra a religião e textos com conteúdos que divulgavam o ideário cientificista da época. Em um diálogo estabelecido entre Michel e seu vizinho Sepp, Rotermund traz à cena possíveis ideias que circulavam entre os colonos do seu período:

> [...] certo dia estava encostado na cerca do potreiro do vizinho Sepp e um tio guariba gordo e ruivo berrou do alto da árvore, aí disse ao Sepp: "Ta vendo, Sepp, o jornalista disse que tais macacos se transformaram em seres humanos; ele acha que nós colonos somos mais burros que o gado, quando pensa que acreditamos em tais mentiras". "Podes ter razão", respondeu Sepp, "até hoje burro não se transformou em cavalo, mas muita raposa se tornou deputado". (ROTERMUND, 1997, p. 29).

A piada de Sepp dizia respeito à visita que o bodegueiro Pichel havia feito ao colono Michel no dia anterior, cuja finalidade era cooptá-lo como votante. Conforme relatou Michel,

> [...] ontem o João grandão, o Pichel, esteve aqui e disse: "Senhor Knorp, você também é pessoa estudada e lê jornais; não quer tornar-se eleitor? Veja você, quando o partido for grande construiremos aqui uma ferrovia e também uma ponte sobre o rio, com isso poderemos lucrar. Eu arranjo toda a qualificação para você, só lhe vai custar uns 20 ou 30 mil-réis. "Vê, Sepp, aí perguntei ao Pichel, se o partido realmente ainda vale 20 mil-réis, pois lera no jornal que antes da eleição sempre se fala em construir ferrovias

[8] Jonas M. Vargas (2007), em sua dissertação de mestrado, demonstrou algumas facetas de uma complexa teia de interesses recíprocos estabelecidas entre sujeitos diversos no âmbito de paróquias como, por exemplo, a de São Leopoldo. Ver, sobretudo, o capítulo dois, onde a partir de um acaso de 1855, envolvendo Antônio Lourenço da Silva Castro e um açougueiro da localidade, busca ilustrar algumas das questões que nos propusemos indagar neste trabalho e que são representadas por Wilhelm Rotermund. Na mesma direção, ver: PICCOLO (1978 e 1979); WITT, (2001 e 2008); GERTZ (2002); SILVA (2005).

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

> e se menciona os senhores colonos na frente e os senhores agricultores atrás, mas depois tudo fica quieto de novo e nós, colonos, uma vez mais, só fomos curral eleitoral". (ROTERMUND, 1997, p. 29)

Na oportunidade, Sepp também relatou a Michel que Pichel havia lhe visitado demonstrando-se interessado em comprar a cachaça que produzia. Segundo Rotermund, os dois haviam dito francamente sua opinião ao Pichel, mas este só ria em silêncio e ameaçava: "Ainda vou pegar vocês, colonos burros". Conforme a história, de fato, mal haviam passado algumas semanas, e o bávaro Sepp levou uma pipa de cachaça à venda de Pichel e, na oportunidade, o bodegueiro com o objetivo de cooptá-lo para suas fileiras de votantes observou:

> Senhor Sepp, isso eu não iria aceitar da parte do Michel Knorb; ele colocou sua cerca duas braças além da divisa, pode acreditar, conheço a divisa desde de tempos antigos muito bem. Bem, rosnou Sepp, se isso é verdade, aí o prussiano tem que arrancar sua cerca. Por bem certamente não o há de fazer, riu Pichel, debochando. (ROTERMUND, 1997, p. 29-30).

Após algumas garrafas de cerveja e de Pichel o ter provocado bastante com a intriga, Sepp foi até a residência de Michel "para cair em cima dele e exigir de volta suas duas braças de terra": No calor da discussão, Michel afirmou que havia pagado sua terra da mesma forma que Sepp e lhe sugeriu que fizessem a medição das terras. Mesmo com a medição, ambos não concordavam, pois quando o Michel media, Sepp não ficava satisfeito e vice-versa. Com isso se fez a inimizade e, na semana seguinte, após desavenças, deu-se início a um processo judicial.

Mas o Pichel precisava qualificar votantes e, como não poderia ser diferente, utilizou-se das práticas costumeiras do período para finalmente cooptar os colonos. Conforme Rotermund, Pichel

> aconselhou os dois a se qualificarem como "eleitores", pois por aqui ninguém ganhava processo sem o apoio do partido. Os dois morderam a isca e, por isso, tornaram-se cidadãos e eleitores do Império. O "senhor Miguel Knorb" emoldurou seu diploma de cidadão e pendurou-o na sala. Depois de conseguir seu intento dessa maneira, Pichel aconselhou os dois a que primeiro mandassem medir a terra por um agrimensor e este pôs fim a discussão, tirando só uma braça de terra do Michel, com que os dois estavam satisfeitos e, o que era mais importante, continuaram membros do mesmo partido; pois se o Sepp não tivesse ganho, certamente teria ido para o outro partido, de raiva. (ROTERMUND, 1997, p. 30)

Era o dia da eleição e, conforme nosso contista, Sepp se encontrava "em situação desagradável, pois no último domingo fora à Igreja e o padre pregara a respeito da política, dizendo que os liberais iriam arruinar o país porque desprezavam a religião e queriam expulsar do país os piedosos jesuítas" sendo que, em virtude disso, "[...] todo o católico deveria votar nos conservadores [...]". Rotermund conta-nos ainda, que "depois de ouvir essa pregação, Sepp

Revista Literatura em Debate, v. 18, n. 31, p. 89-105, jan./jun. 2023.
DOI: https://doi.org/10.31512/19825625.2023.18.31.89-105

sentiu despertar sua consciência sequiosa de aguardente e pareceu-lhe que o maior pecado de sua vida fora o de se haver envolvido com os hereges liberais" (ROTERMUND, 1997, p. 30).

Mesmo que Seep estivesse em meio a um "impasse eleitoral", havia firmado um pacto de lealdade com Pichel e o bodegueiro certamente lhe cobraria os votos de lealdade quando este fosse à urna deixar seu voto. Segundo Rotermund,

> [Seep] ouviu lá fora a voz do Pichel: "Sua marmota, tá com remorsos dos conservadores? Anda depressa, monta no cavalo e não esquece teu título!" Foi o que Sepp fez e Pichel lhe deu uma chapa fechada com a orientação: Quando chegarmos à votação e teu nome for chamado, vais lá e entregas essa chapa. Michel Knorb também recebera uma idêntica e ela também já estava fechada. No local de votação, Sepp naturalmente também encontrou seus amigos conservadores. Um disse a ele: "Já tens uma chapa?" "Sim", disse Sepp, "aqui está ela!" "Mas essa não é a certa, não podes entregá-la, pois não sabes o que há dentro dela! Me dá esse negócio, dou-te outra em troca, essa é a que tens que entregar. Mas não podes mostrá-la a ninguém, senão vão tirá-la de ti!" Aí foi chamado: "Michel Knorb!" Ele tirou seu chapéu respeitosamente, pegou a chapa e deitou-a com gravidade na urna. "Sepp Kruglhuber!" Aí também Sepp foi e depositou sua chapa inocentemente. Quando voltou, Pichel recepcionou-o com expressão furiosa e disse: "É esse o agradecimento por eu te haver qualificado? Se não fosse eu, não teria ganho o processo! Espera, essa eu vou te devolver". E lhe devolveu, pois quatro semanas mais tarde o Senhor Seppo Kruglhuber foi convocado para ser jurado e seria multado, caso não comparecesse. Esse era o resultado da política. – A eleição deu certo e a ponte foi construída, mas ninguém teve vantagem, a não ser o Pichel. Quando seus amigos o lembraram que ele prometera que também haveriam de ter algum dividendo, ria debochado e dizia: "Da próxima vez, quando a ferrovia for construída!" Os amigos cavalgaram para casa e diziam um ao outro: "um partido é tão ruim quanto o outro, da próxima vez, vamos votar nos republicanos" (ROTERMUND, 1997, p. 230-231).

PALAVRAS FINAIS

A historiografia tem oferecido diferentes exemplos do modo como homens e mulheres das sociedades do passado colocaram em prática seus projetos de vida, como manifestaram suas angústias, dúvidas, enfim, como suas experiências sociais traduziram formas de ação desenvolvidas em consonância com suas expectativas em relação ao mundo em que viviam. Contudo, muitas vezes, não temos como oferecer detalhes de suas vidas. Acerca disso, Giovanni Levi (2000. p. 47) nos diz que "muitas coisas" podem ser vistas "quando aparentemente não há nada".

Carlo Ginzburg (2004. p. 158) já chamou atenção o exercício de exploramos "possibilidades" interpretativas a partir da "prudencia acumulada a lo largo del trabajo en archivo y bliblioteca". Ao comentar *O retorno de Martin Guerre*, notório trabalho de Natalie Zamon Davis (1987), observou que o termo "imaginação" por si só encerra um conteúdo provocativo, quando não, demasiada confusão. Ginzburg também lembra que a experiência histórica está carregada de realidades múltiplas as quais não chegam prontas e conectadas ao

historiador, de modo que explorá-las exige um esforço de suposições baseadas em outros argumentos comprovados empiricamente.

Em outro de seus trabalhos, Davis oferece inspiração para explorar possibilidades a partir dessa "imaginação controlada". Especificamente no trabalho dedicado a três "vidas distintas, mas que transcorreram num campo comum". Glikl bas Judah Leib, Marie Gyuart de L'Incarnation e Maria Sibylla Merian, foram as protagonistas de uma história dedicada a conferir visibilidade às experiências de três mulheres que atuaram "*nas margens"* – "longe dos centros de poder político, real, cívico e senatorial" – de sociedades do século XVII. Embora Glikl, Marie Gyuart e Maria Sibylla estivessem "consideravelmente longe dos centros formais de aprendizagem e de instituições voltadas para a definição cultural", "cada uma dessas mulheres constituiu um exemplo, com as próprias virtudes, iniciativas e falhas" (DAVIS, 1997, p. 189-197).

Ainda que não neste artigo não tenhamos tanta fartura empírica acercas de experiências cotidianas de sujeitos como os representados por meio dos personagens de Rotermund, a temática abordada no conto *Empresas Disparatadas no Brasil* se insere em um contexto histórico no qual o direito de ir às urnas se encontrava ligado a um processo mais amplo, onde se renovavam alianças e compromissos cotidianos como demonstrou Richard Graham (1997, p. 140-164).

Mas não só isso, conforme relatou Achylles Porto Alegre (1994, p. 65), contemporâneo de Rotermund, em época de eleição as comunidades ficavam em "polvorosa", visto que traduziam uma etapa do calendário social onde se objetivavam formas de ação coletiva manifestadas via compromissos pessoais entre amplos e diversos setores da sociedade imperial. Em outras palavras, significa dizer que os pleitos poderiam se tornar cruciais na vida de pessoas que necessitavam reiterar seus elos e compromissos com chefes políticos e sectários locais.

Embora distantes no tempo, dá para imaginar o clima de expectativa que se pulverizava nas comunidades até o desfecho dos 20 dias de trabalho exaustivo dos mesários. Diferentemente do que se espera em tempos atuais, o que estava em jogo não era a *qualidade* do voto ou a crítica política aos candidatos, mas a maior quantidade possível de votantes que um chefe local e seus aliados poderiam angariar em relação à facção contrária. Além disso, parece evidente que na mente de qualquer homem interessado em assegurar seu predomínio político, ou por ele lutar, ecoasse constantemente a necessidade de controlar, fiscalizar e tentar manipular cada decisão tomada pelos membros das juntas, ainda mais quando estas estivessem na contingência de serem predominantemente formadas por sujeitos localizados na facção política rival.

Certamente, não se trata de reduzir um campo de pesquisa complexo a um conto literário. Porém, a trama narrada por Rotermund não causa estranheza aos historiadores dedicados ao estudo da cultura política imperial. Para além da imaginação histórica e do gênero ficcional, a narrativa desenvolvida dialoga com um repertório de estratégias esquadrinhadas entre círculos sociais sobre os quais convergiam laços políticos de distintas ordens e onde as disputas locais revelavam conflitos entre diferentes esferas da sociabilidade. Homens influentes se valiam de ações ilegais (fraude – violência) para ostentarem sua capacidade de ação e os contemporâneos sabiam que vencê-las ou garantir a vitória de um aliado significava uma demonstração pública de envergadura no campo político.

Nesse sentido, o conto *Empresas disparatadas no Brasil* pode ser entendido como uma porta acesso, não há única evidentemente, mas uma boa via para se descortinar facetas de um sistema normativo ancorado em práticas sociais que envolviam e também objetivavam interesses de indivíduos legalmente impedidos de participarem das instâncias superiores da cidadania política, como foi o caso dos colonos alemães e de seus descendentes até o advento da República, em 1889. Ao mesmo tempo, e sem cair nas armadilhas do anacronismo, a narrativa desenvolvida também revela a visão crítica de seu autor à cultura política da época.

REFERÊNCIAS

PORTO ALEGRE, A. **História popular de Porto Alegre.** Porto Alegre: Unidade Editorial, Secretaria Municipal da Cultura, 1994.

BERSTEIN, S. A cultura política. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil** - 1824, Vol. 1 pt II (Publicação Original).

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2004.

CARVALHO, J. M. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996a.

CARVALHO, J. M. **A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Relume-Dumará. 1996b.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1997

CHARTIER, R. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DAVIS, N. Z. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, M. O. S. **Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 – 1881**. In FREITAS (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo, Contexto. 2003.

DREHER, M. N. **Wilhelm Rotermund**: seu tempo, suas obras. São Leopoldo, RS: Oikos 2014.

GANZ, M. **Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH-RS. 2004.

GERTZ, R. A Câmara Municipal de São Leopoldo de 1846 a 1937. In SILVA, Haike Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques (Orgs.). **A História da Câmara e a Câmara na História:** 160 anos da Câmara Municipal de São Leopoldo. São Leopoldo: Oikos. 2006.

GERTZ, R. **O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul do anos de 1920**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2002.

GINZBURG, C. **Pruebas y posibilidades.** Comentario al margem del libro El regreso de Martín Guerre de Natalie Zemon Davis. Tentativas. Rosario: Prohistoria ediciones. 2004.
GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997.

HOLANDA, S. B. **História Geral da Civilização Brasileira** - Tomo II - O Brasil Monárquico - 5º Volume - Do Império à República. 5. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1997.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 13ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1979.

LEVI, G. A **Herança Imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cynthia M. de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NICOLAU, J. A participação eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro. In **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Portugal: Coimbra. 2004 Disp.: http://www.ces.uc.pt/LAB2004/programa/sessao2.html. Acessado em: 3 jun. 2020.

NEUMANN, G. "Os dois vizinhos. Cenas da colônia", de Wilhelm Rotermund. **Contingentia**, Porto Alegre, Brasil., v. 4, n. 2, 2009. Disp. em: https://seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/view/11413. Acesso em: 21 nov. 2020.

PICCOLO, H. L. O Sistema Político Imperial e a Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. In **Anais do III Simpósio de Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: EST. 1978.

PICCOLO, H. L. **A política rio-grandense no II Império 1868-1882**. Porto Alegre: GPHRGS. 1979.

ROTERMUND, W. **Os dois vizinhos e outros textos**. Trad. Martin N. Dreher. São Leopoldo: Edições EST, 1997.

ROTERMUND, W. Empresas disparatadas no Brasil. In: **Os dois vizinhos e outros textos**. Trad. Martin N. Dreher. São Leopoldo: Edições EST, 1997.

SILVA, H. R. K. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. In **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p 295-330, jan./dez. 2005.

VARGAS, J. M. **Entre a paróquia e a Corte**: Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889).2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

WITT, M. A. **Em busca de um lugar ao sol**: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - Século XIX). 2008. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

WITT, M. A. **Política no litoral norte do Rio Grande do Sul:** a participação de nacionais e de colonos alemães. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2001.